

# consed

## Regulamentação do Novo Fundeb

Audiência Pública do Senado Federal  
21 de outubro de 2021

- Quem defende a prorrogação, por dois anos, das atuais ponderações, fundamenta no fato de que não se encontram disponíveis estudos que embasem a definição de novas ponderações por parte da Comissão Intergovernamental, embora caiba uma indagação sobre as razões pelas quais os estudos não foram realizados a tempo.
- No entanto, não parece clara a impossibilidade de que os estudos estejam disponíveis para deliberação, em 2022, com efeito em 2023.

- Nas redes estaduais, o ano de 2022, com a ampliação da carga horária anual do ensino médio (de 800 para 1.000 horas), haverá um aumento de custos que não será contemplado pela prorrogação de vigência das atuais ponderações.

- A redefinição do conceito de profissionais da educação parece recomendável para maior clareza sobre aqueles que serão computados para o cálculo de despesas a serem realizadas com o mínimo de 70% dos recursos do Fundeb.
- Há divergência entre os projetos em tramitação.

- É real a necessidade de que se alterem, desde já, as disposições relativas às condicionalidades relativas à complementação VAAR, no que se refere às novas escalas de proficiência dos exames do SAEB fundamentadas na BNCCA.
- A matéria poderia ser tratada em regulamento. A alteração está proposta no Projeto de Lei nº 3.418, de 2020, na Câmara dos Deputados, mas não está posta no projeto que tramita no Senado.

- A questão da movimentação de recursos do Fundeb em contas únicas em outras instituições bancárias que não o Banco do Brasil, em princípio, parece ser demanda municipal.

- A alteração no indicador da educação infantil, retirando a dimensão de vulnerabilidade socioeconômica, para aplicação dos recursos da complementação VAAT, se insere no âmbito municipal. No entanto, cabe ressaltar que, sobretudo para a aplicação de recursos em creches, parece relevante. A alteração está proposta no Projeto de Lei nº 3.418, de 2020, na Câmara dos Deputados, mas não está posta no projeto que tramita no Senado.